



**RFC**  
Anual

**2022**

Publicado em  
junho de 2023

Relatório

# Foco em Custos



**Ministério da Fazenda**

Fernando Haddad

**Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda**

Gabriel Muricca Galípolo

**Secretaria do Tesouro Nacional**

Rogério Ceron de Oliveira

**Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional**

Viviane Aparecida da Silva Varga

**Subsecretaria de Contabilidade Pública (SUCON)**

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

**Coordenação-Geral de Informações de Custos**

Rosilene Oliveira de Souza

**Coordenação de Informações de Custos**

Giuliano Passos Cardoso

**Gerente de Informações de Custos**

Edécio de Oliveira

**Gerente de Sistematização de Custos**

Luciano Ricardo Lopes Machado

**Equipe Técnica**

Aparecida Akemi Hataka Koyama

Júlio Cezar Sant Anna de Araújo

Fábio de Sousa Santos Soares

Luiz Fernando Guedes

Igor Palmeira Correa Vieira

Ramon Sousa Santos

Jose Reynaldo de Oliveira Junior

Roberto Dornelas de Melo

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional****Arte**

Viviane Barros e Hugo Pullen

**Informações**E-mail: [ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)Disponível em: [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)

*\*Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 19 de maio de 2023.

## Sumário

<b>1. Apresentação.....</b>	<b>6</b>
<b>2. Dimensão de Custos no Setor Público.....</b>	<b>8</b>
<b>3. Desafio de Mensurar e Vincular Entregas e Recursos .....</b>	<b>9</b>
<b>4. Ranking de Desempenho .....</b>	<b>23</b>
<b>5. Evolução do Desempenho.....</b>	<b>30</b>
<b>6. Apêndice.....</b>	<b>34</b>

## Lista de Ilustrações

<i>Figura 1 - Dimensões da Gestão das Contas Públicas</i> .....	8
<i>Figura 2 - Processo de Transformação dos Recursos</i> .....	9
<i>Figura 3 – Ranking de Desempenho</i> .....	23
<i>Gráfico 1 – Custos, Perdas e Repartições do Governo Federal (R\$ milhões)</i> .....	13
<i>Gráfico 2 – Custos Agregados do Governo Federal (R\$ milhões)</i> .....	14
<i>Gráfico 3 - Operação e Manutenção (R\$ milhões)</i> .....	16
<i>Gráfico 4 – Custos Comparáveis dos Poderes da União</i> .....	18
<i>Gráfico 5 – Custos dos Insumos de Operação e Manutenção da Administração Direta, exceto fundos (R\$ milhões)</i> .....	19
<i>Gráfico 6 – Custos de Funcionamento da Administração Direta, exceto fundos (R\$ milhões)</i> .....	20
<i>Gráfico 7 - Custos de Serviços de Terceiros, Energia e Água da Administração Direta, exceto fundos (R\$ milhões)</i> .....	21
<i>Gráfico 8 - Participação Relativa das Categorias</i> .....	31
<i>Gráfico 9 – Tendências de Evolução Temporal I (Primeiro 2019 – 2022; Segundo 2021 – 2022)</i> .....	33
<i>Gráfico 10 – Tendência de Evolução Temporal II (Primeiro 2019 – 2022; Segundo 2021 – 2022)</i> .....	33
<i>Tabela 1 - Ranking de Desempenho das Setoriais de Custos</i> .....	25
<i>Tabela 2 – Ranking de Desempenho das Universidades Federais</i> .....	26
<i>Tabela 3 – Ranking de Desempenho das Agências Governamentais</i> .....	28
<i>Tabela 4 – Ranking de Desempenho das Empresas Estatais Dependentes</i> .....	29
<i>Tabela 5 – Categorização das Notas</i> .....	30

<i>Tabela 6 - Mudanças nas Categorias .....</i>	<b>31</b>
<i>Tabela 7 – Notas dos Órgãos e Entidades .....</i>	<b>37</b>
<i>Tabela 8 - Matriz de Transição das Notas - (Primeiro 2019 – 2022; Segundo 2021 – 2022).....</i>	<b>42</b>
<i>Tabela 9 - Matriz de Transição Pn das Notas .....</i>	<b>43</b>
<i>Tabela 10 – Custos, Perdas e Repartições do Governo Federal (R\$ milhões) .....</i>	<b>45</b>
<i>Tabela 11 – Estrutura Administrativa em 2022 .....</i>	<b>48</b>
<i>Tabela 12 – Estrutura Administrativa em 2021 .....</i>	<b>48</b>
<i>Quadro 1 – Classificações da Subnatureza de Custo de Funcionamento.....</i>	<b>44</b>

# 1. Apresentação

A responsabilidade fiscal, o compromisso com a sociedade e a transparência são alguns dos valores que orientam a missão institucional da Secretaria do Tesouro Nacional de gerir as contas públicas de forma eficiente e voltada para a busca da qualidade do gasto.

Sob esses valores, o Tesouro busca oferecer um novo instrumento de transparência e comunicação para a conscientização dos cidadãos e dos agentes públicos sobre a importância da informação de custos na gestão pública.

O Relatório Foco em Custos apresenta uma visão geral dos custos do Governo Federal, tendo como fonte a Demonstração das Variações Patrimoniais, componente das Demonstrações Contábeis Consolidadas da União, comumente conhecidas como Balanço Geral da União. Apresenta informações sobre os custos agregados do Governo Federal, bem como informações com maior detalhe para os custos de Operação e Manutenção (Mão de Obra e Funcionamento) de Órgãos selecionados do Poder Executivo Federal: Ministérios, AGU e Comandos Militares.

Cabe registrar que, por conta dessa abrangência, as classificações adotadas não consideram as particularidades do ambiente de produção de determinado órgão ou entidade. Assim, a publicação também objetiva fomentar a elaboração de modelos personalizados de custos que atendam às necessidades de gestão das organizações públicas, desde a perspectiva estratégica, voltada aos programas de governo, até a operacional, direcionada à avaliação do desempenho de cada órgão ou entidade.

Nesse sentido, o Tesouro disponibiliza o Manual do Processo Gerenciar Custos do Governo Federal (MGC) que objetiva auxiliar o desenvolvimento de modelos de gerenciamento de custos, a seleção de sistema

de informação de custos e a definição de funções e responsabilidades organizacionais no âmbito de cada órgão ou a entidade da administração pública do Poder Executivo Federal, de forma alinhadas às diretrizes e aos padrões da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 34 – Custos no Setor Público.

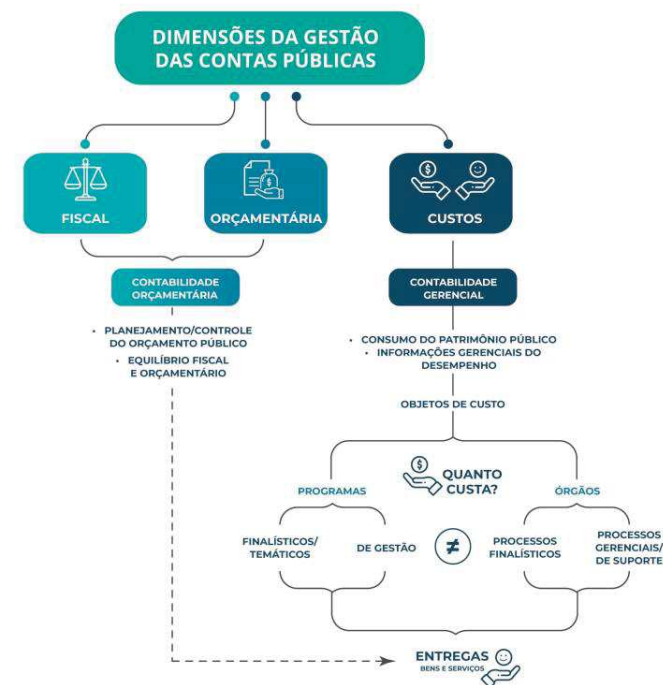
## 2. Dimensão de Custos no Setor Público

A gestão das contas públicas engloba diferentes dimensões. As **dimensões fiscal e orçamentária** remetem ao planejamento e controle, bem como ao equilíbrio das receitas e despesas, à sustentabilidade do endividamento público, à alocação dos recursos entre as diversas responsabilidades e funções do governo etc. O Tesouro Nacional há muito tempo divulga, seja por obrigação legal ou por transparência ativa, uma série de relatórios e demonstrativos elaborados com foco nessas dimensões.

Por sua vez, está igualmente prevista na legislação que rege as contas públicas a **dimensão dos custos públicos** (dos programas e ações de governo, das unidades administrativas, das políticas públicas etc.). A informação de custos remete ao consumo dos recursos, que se distingue do fluxo de execução orçamentária da despesa (empenho, liquidação e pagamento), e à mensuração dos bens e serviços prestados à sociedade com tal consumo. Ou seja, além do dinheiro gasto é preciso identificar o que foi entregue à sociedade.

De modo convergente, todas as dimensões buscam atender a função do governo de aprimorar ou manter o bem-estar dos cidadãos e demais indivíduos sob sua tutela. Contudo, a atual organização sistêmica das atividades de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno não permite a devida conexão entre os programas de governo (finalísticos e de gestão) e os processos (finalísticos, gerenciais e de suporte) realizados pelos órgãos públicos na produção de bens e prestação de serviços à sociedade.

Figura 1 - Dimensões da Gestão das Contas Públicas





### 3. Desafio de Mensurar e Vincular Entregas e Recursos

Figura 2 - Processo de Transformação dos Recursos



Estruturar ferramentas e elaborar instrumentos que sejam capazes de prestar informações assertivas da dimensão de custos à sociedade é um desafio a ser vencido pelos gestores públicos. Isso porque a informação de custo envolve fatores que vão além do fluxo de execução (empenho, liquidação e pagamento) da despesa orçamentária. O custo diz respeito às entregas que têm sido feitas com o recurso destinado a determinado objeto, seja ele uma política pública, um programa de governo ou uma unidade administrativa.

Nenhuma organização deve ser avaliada apenas analisando o que ela arrecada e gasta e qual a sua dívida. É necessário medir o que ela faz, que serviço ela presta, e isso significa, para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, identificar seu valor público: “produtos e resultados gerados pelas atividades da entidade, as quais demandam o uso de diversos recursos e se traduzem em bens ou serviços que atendam às necessidades de interesse público” (Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica do Setor Público 34 – Custos no Setor Público).

A geração de valor público resulta do processo de transformação dos insumos colocados à disposição dos órgãos e entidades em produtos (bens e serviços entregues) e resultados gerados para a sociedade. Esse processo pode ser entendido como um ambiente de produção onde os insumos são transformados em produtos por meio da articulação de processos (P) e atividades (A) em uma ou mais unidades administrativas (UA). (Fig. 2)

Os órgãos e entidades, para identificar o seu valor público, devem mensurar quais foram suas entregas e quais foram e quanto custaram os insumos para tanto consumidos. Embora de simples enunciado, trata-se de tarefa de fato complexa. As informações sobre quais foram e quanto custaram os insumos consumidos e quais foram os bens e serviços gerados não são plenamente fornecidas pela execução

orçamentária e financeira, pois não é sua função identificar em detalhes quais atividades e unidades administrativas se beneficiaram do uso de cada recurso e o que foi produzido com os recursos.

A geração dessas informações depende do mapeamento do ambiente de produção da organização por meio da implementação de ferramentas de gestão desenhadas para esse fim, como a contabilidade gerencial de custos, o gerenciamento de processos de negócio e o gerenciamento estratégico organizacional.

Assim, a mensuração dos produtos entregues à sociedade e de seus custos está associada à elaboração de modelos personalizados de custos (ou personalização do modelo de custos) por parte dos órgãos e entidades públicas, conectados à evolução do modelo de gestão burocrático para o gerencial.

O custo se distingue da despesa orçamentária por estar vinculado ao efetivo consumo dos recursos utilizados na produção de bens e prestação de serviços públicos. O tratamento dos investimentos ajuda a compreender a distinção: enquanto gastos relativos a bens e serviços utilizados e consumidos imediatamente geram custos e despesas liquidadas concomitantemente, os investimentos gerarão custos posteriormente quando forem utilizados, ou pelo transcurso do tempo, por meio da depreciação, amortização e exaustão.

No Governo Federal, a apuração dos custos beneficia-se da implementação, ora em curso, da contabilidade patrimonial e a correspondente introdução das variações patrimoniais diminutivas – VPD. As VPD são despesas apuradas da mesma forma que as conhecidas despesas da contabilidade empresarial. Como no setor público o termo despesa tornou-se historicamente muito associado ao orçamento, quando da evolução da contabilidade pública para o modelo patrimonial, optou-se por utilizar o termo VPD, procurando minimizar eventuais confusões.

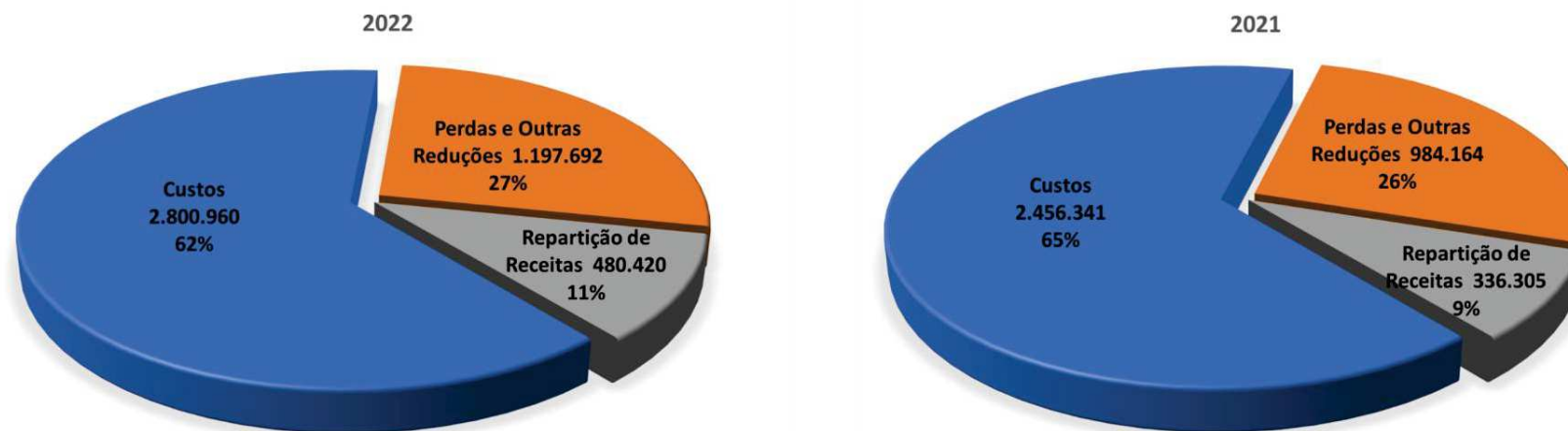
As VPD registram as transações que diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentaria. Por exemplo, quando ocorre um pagamento pela aquisição de um computador, não há diminuição do patrimônio (troca-se dinheiro por um bem móvel). Somente o consumo do computador (sua utilização ao longo do tempo) diminui o patrimônio. E as VPD identificam esse consumo por meio da depreciação.

Portanto, os custos podem ser mensurados pela identificação das VPD que correspondem ao uso de recursos, seguindo o regime de competência, incluindo consumo de estoques, depreciação etc.

Contudo, cabe observar que algumas VPD não são consideradas custos, uma vez que não representam efetivo consumo de recursos utilizados na produção de bens e prestação de serviços públicos, tais como as repartições constitucionais de impostos pela União e as perdas patrimoniais.

Assim, ainda que no atual estágio não se possa associá-las com as entregas, informações financeiras relevantes sobre os custos da Administração Pública Federal, extraídas do Sistema de Informações de Custos – SIC, podem ser apresentadas refletindo o efetivo consumo do patrimônio público na prestação dos bens e serviços à sociedade. Além disso, as informações do SIC são consistentes com a contabilidade financeira da União, vale dizer, as VPD são as mesmas que constam do Balanço Geral da União.

Gráfico 1 – Custos, Perdas e Repartições do Governo Federal (R\$ milhões)



**Repartição de Receitas e Perdas e Outras Reduções** englobam as VPD não relacionadas a custos (aquelas que não possuem associação com bens e serviços prestados direta ou indiretamente pela União).

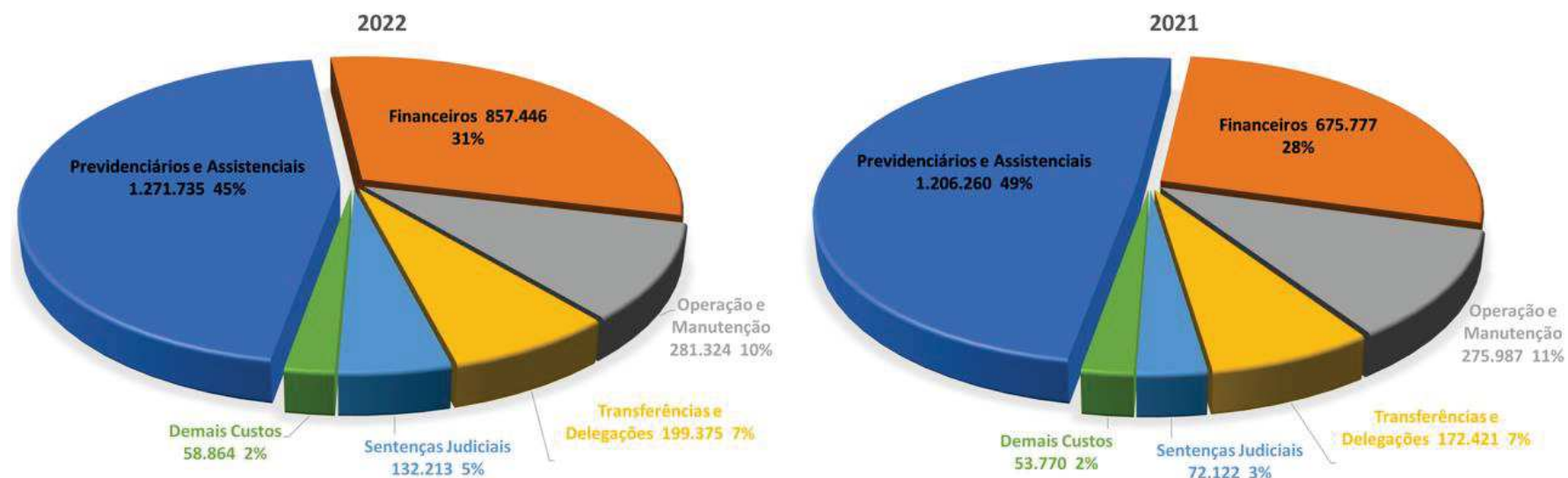
**Repartição de Receitas** refere-se à transferência a outras esferas de governo de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, prevista na Constituição ou em leis específicas.

**Perdas e Outras Reduções** incluem perdas com crédito tributário, dívida ativa e financiamentos; redução a valor recuperável de imobilizado, investimentos e intangíveis; resultado negativo de participações; bem como o reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, e perdas judiciais e administrativas.

Os **Custos** correspondem aos recursos que são consumidos na produção de bens e serviços prestados direta ou indiretamente pela União no atendimento às demandas da sociedade. Estão classificados em Operação e Manutenção; Previdenciários e Assistenciais; Financeiros; Transferências e Delegações; Sentenças Judiciais e Demais Custos.

O Gráfico 2 apresenta a composição dos **Custos Agregados do Governo Federal** e o Gráfico 3, detalha a composição daqueles de **Operação e Manutenção**.

Gráfico 2 – Custos Agregados do Governo Federal (R\$ milhões)



**Previdenciários e Assistenciais** referem-se a obrigações com aposentados, militares reformados e pensionistas; com a compensação financeira entre os regimes previdenciários; com Benefícios de Prestação Continuada, Seguro-Desemprego, Abono Salarial, Bolsa Família; com benefícios eventuais (situações de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e de calamidade pública); juros e encargos a título de penalidade em virtude de atrasos pelo não cumprimento dos prazos de obrigações previdenciárias devidas; e ainda o reconhecimento de provisões matemáticas previdenciárias.



**Financeiros** incluem as obrigações com a dívida pública, com aportes ao Banco Central, com juros e encargos a título de penalidade em virtude de atrasos pelo não cumprimento dos prazos contratuais dos empréstimos e financiamentos internos e externos contraídos com pessoas jurídicas de direito público ou privado, entre outras. A dívida pública é apurada líquida das variações patrimoniais aumentativas – VPA relacionadas a variações monetárias e cambiais provenientes de oscilações do Real (R\$) em relação a índices de preços e à cotação de moedas estrangeiras.

**Transferências e Delegações** incluem obrigações com transferências voluntárias, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, ao Sistema Único de Saúde – SUS, a instituições privadas, ao exterior e outras. As transferências constitucionais e legais estão classificadas em Repartição de Receitas. Cabe destacar que na apuração dos custos agregados do Governo Federal, não são consideradas as "Transferências Intragovernamentais", uma vez que compreendem transações na mesma esfera de governo (União).

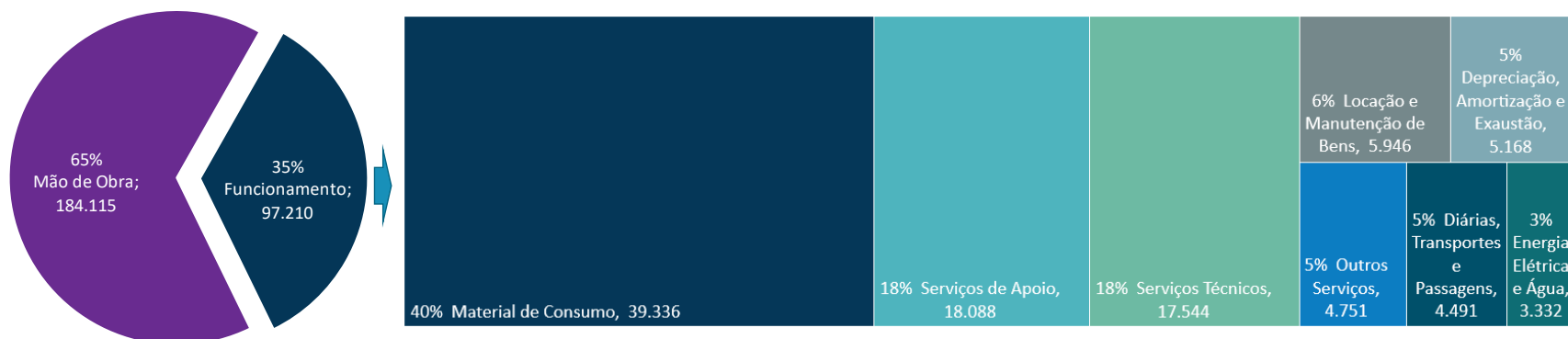
**Sentenças Judiciais** incluem Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV. Precatórios são valores devidos pela Fazenda Pública em decorrência de decisões judiciais transitadas em julgado. Já as Requisições de Pequeno Valor (RPV) são semelhantes aos precatórios, mas possuem valores menores e prazo mais curto para pagamento, de no máximo 60 dias da data de emissão. Consolida o custo das sentenças judiciais, independentemente da natureza do custo.

**Demais Custos** incluem obrigações com subvenções econômicas; bolsas de estudo no país e no exterior; auxílios para o desenvolvimento de estudos e pesquisas; incentivos à ciência e premiações; custo das mercadorias e produtos vendidos e dos serviços prestados; custos tributários e juros e encargos a título de penalidade em virtude de atrasos pelo não cumprimento dos prazos de obrigações tributárias devidas; e reconhecimento de provisões trabalhistas.

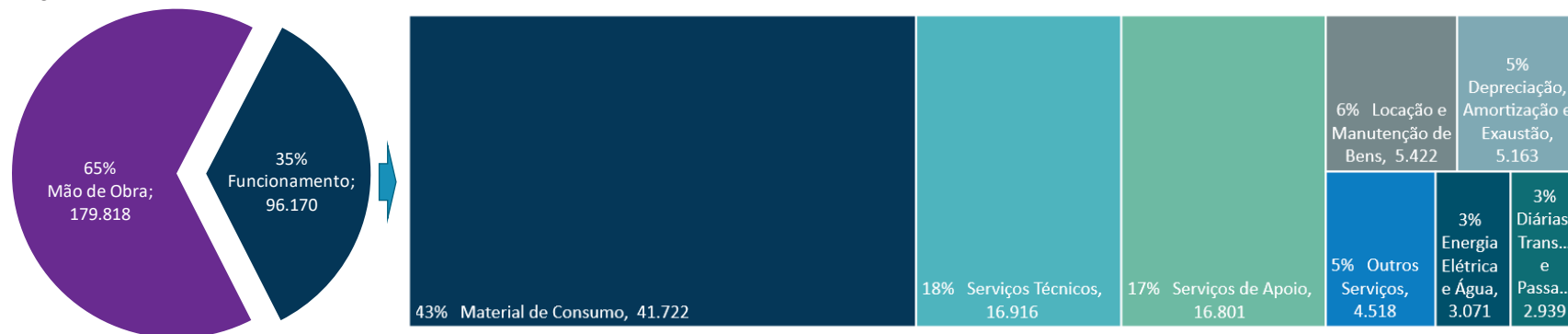
Os custos de **Operação e Manutenção** correspondem aos recursos comumente consumidos pelo Governo Federal na execução das atividades de suas unidades administrativas. São desdobrados em Mão de Obra e Funcionamento. No Gráfico 3, o custo de Funcionamento, apresentado na pizza, é apurado por VPD e seu desdobramento, apresentado à direita, é obtido por Natureza de Despesa Detalhada – NDD.

Gráfico 3 - Operação e Manutenção (R\$ milhões)

2022



2021



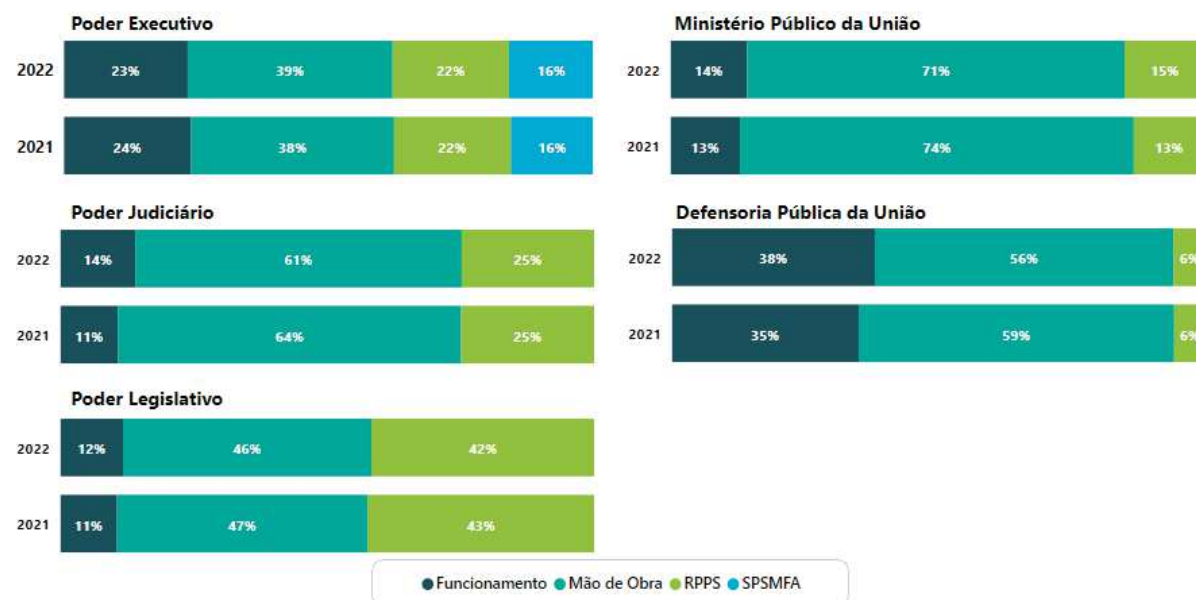


**Mão de Obra** refere-se ao custo do pessoal ativo (remuneração, benefícios e outros custos associados à força de trabalho); dos encargos patronais correspondentes; e dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. Cabe destacar que não são considerados os “Encargos Patronais – RPPS”, visto que se referem a transferências intragovernamentais, que se anulam, no âmbito da União.

**Funcionamento** corresponde ao custo de outros recursos necessários para que as unidades administrativas estejam minimamente aptas ao desenvolvimento de suas atividades.

### Gráfico 4 – Custos Comparáveis dos Poderes da União

% de participação relativa



(R\$ milhões)

Poder	Poder Executivo		Poder Judiciário		Poder Legislativo		Ministério Público da União		Defensoria Pública da União	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Mão de Obra	146.209	142.483	27.344	26.880	5.366	5.338	4.897	4.829	299	288
RPPS	83.125	82.067	11.132	10.446	4.827	4.845	1.041	871	33	29
Funcionamento	88.350	89.406	6.305	4.529	1.355	1.210	996	854	203	171
SPSMFA*	60.227	58.009	23	23	-	-	-	0	-	-
<b>Total</b>	<b>377.911</b>	<b>371.965</b>	<b>44.803</b>	<b>41.878</b>	<b>11.549</b>	<b>11.393</b>	<b>6.934</b>	<b>6.554</b>	<b>535</b>	<b>489</b>

\* A ocorrência de custos do SPSMFA no Poder Judiciário se refere a precatórios cujos procedimentos operacionais centralizam seu pagamento nesse poder.

O Gráfico 4 apresenta a composição percentual dos custos que podem ser comparados entre os Poderes da União.

A comparação foi feita entre os Custos de Mão de Obra e de Funcionamento e os custos previdenciários (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas – SPSMFA).

Gráfico 5 – Custos dos Insumos de Operação e Manutenção da Administração Direta, exceto fundos (R\$ milhões)

Órgãos selecionados do Poder Executivo Federal: Ministérios, AGU e Comandos Militares



Gráfico 6 – Custos de Funcionamento da Administração Direta, exceto fundos (R\$ milhões)

Órgãos selecionados do Poder Executivo Federal: Ministérios, AGU e Comandos Militares

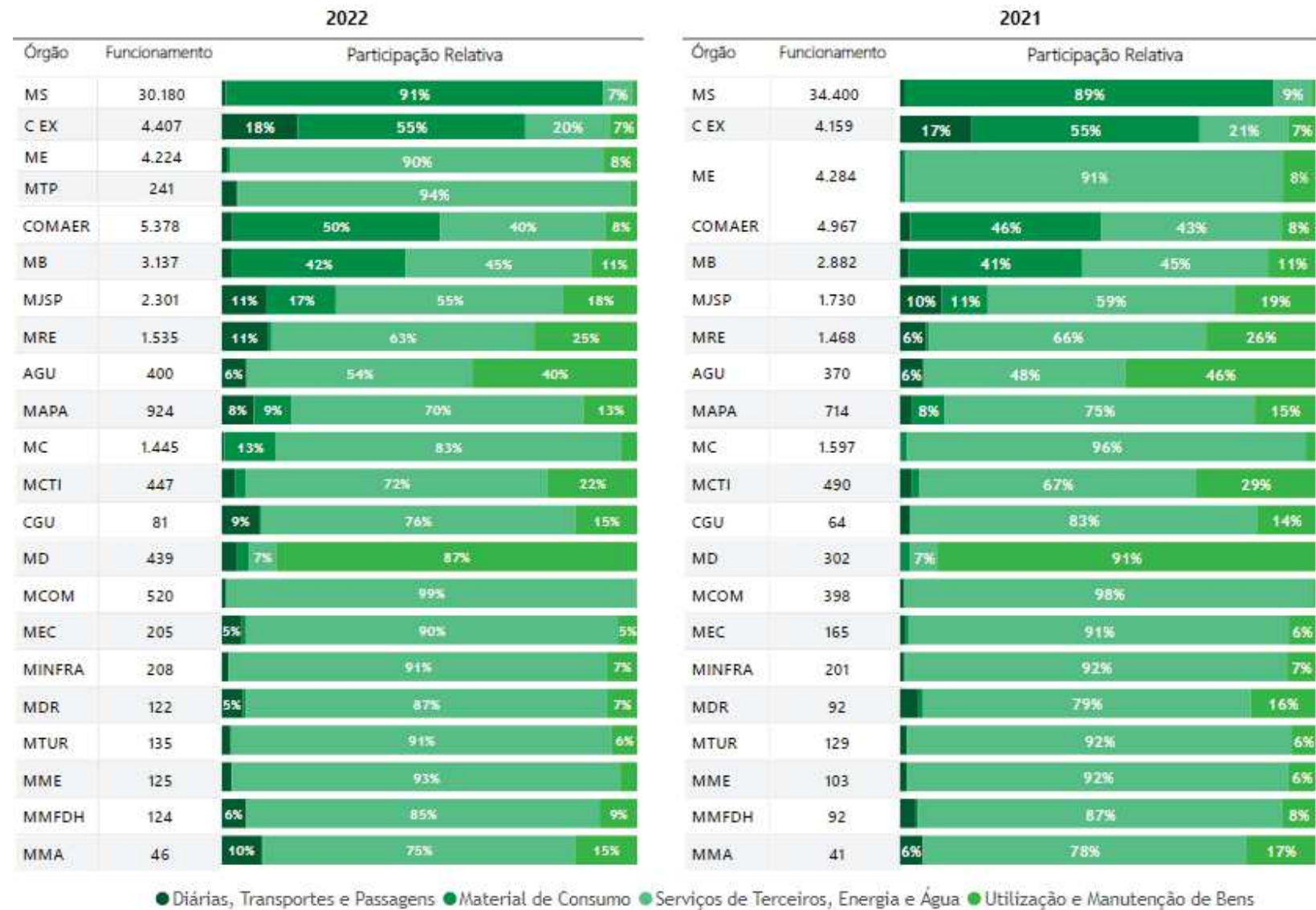




Gráfico 7 - Custos de Serviços de Terceiros, Energia e Água da Administração Direta, exceto fundos (R\$ milhões)

Órgãos selecionados do Poder Executivo Federal: Ministérios, AGU e Comandos Militares



Os Gráficos 5, 6 e 7 apresentam a estrutura administrativa ao fim de 2022, comparada com o ano anterior, conforme registrada no Sistema de Informações Organizacionais – SIORG. Em julho de 2021, houve a criação<sup>1</sup> do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP, a partir da extinção da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho que pertencia ao Ministério da Economia – ME. Contudo, o ME prestou apoio administrativo às unidades do MTP na forma prevista na Estrutura Regimental provisória<sup>2</sup>, ao longo de 2021. Dessa forma, os custos do MTP nesse ano estão contidos no ME.

Além disso, nesses gráficos, o custo de Funcionamento é apurado por VPD e os percentuais são obtidos por Natureza de Despesa Detalhada – NDD.

No Gráfico 6, o **Custo de Funcionamento** teve seus itens de custos agrupados da seguinte forma:

<b>Diárias, Transportes e Passagens</b>	Diárias, Transportes e Passagens
<b>Utilização e Manutenção de Bens</b>	Depreciação, Amortização e Exaustão Locação e Manutenção de Bens
<b>Material de Consumo</b>	Material de Consumo
<b>Serviços de Terceiros, Energia e Água</b>	Energia Elétrica e Água Serviços de Apoio Serviços Técnicos Outros Serviços

Por sua vez, o Gráfico 7 detalha o agrupamento **Serviços de Terceiros, Energia e Água** em seus respectivos itens de custos, conforme relação demonstrada acima. No entanto, por ser custo relevante na maioria das organizações, o subitem de custo Tecnologia da Informação, componente do item Serviços Técnicos, foi destacado separadamente. O Quadro 1 apresenta o desdobramento em subitens de custo dos itens componentes do Custo de Funcionamento.

<sup>1</sup> Medida Provisória nº 1.058, de 27 de julho de 2021, posteriormente convertida na Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021

<sup>2</sup> Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021.

## 4. Ranking de Desempenho

Figura 3 – Ranking de Desempenho

SETORIAIS DE CUSTO	MCTI	COMAER	ME
UNIVERSIDADES FEDERAIS	UFS	UFRJ	UFU
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	ANATEL	ANAC	ANS
EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	IMBEL	EBC	CPRM



Os *rankings* de desempenho foram elaborados a partir de indicadores de implementação da contabilidade de custos por competência (regularidade e dispersão); de utilização das ferramentas de detalhamento de custos disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI Web (personalização); e de economia no consumo de insumos (economicidade). Os indicadores foram apurados para as setoriais de custos dos Ministérios, AGU e Comandos Militares; universidades federais; agências governamentais e empresas estatais dependentes. Os três primeiros classificados são apresentados no pódio acima, na sequência, as tabelas detalhadas do *ranking* de cada categoria.

A **regularidade** foi calculada pela existência ou não de registro mensal para determinados insumos, relacionados aos custos de operação e manutenção, com consumo recorrente em 2022.

A **dispersão** foi calculada pela média ponderada dos coeficientes de variação dos mesmos insumos selecionados na categoria regularidade.

A **personalização**, pela verificação do uso de detalhamento dos centros de custos estruturados de forma sistêmica.

A **economicidade**, pela estimativa da tendência linear de determinados insumos, conforme sua evolução ao longo dos doze meses de 2022.

A Nota resulta da soma da pontuação obtida em cada indicador: até 5 para a personalização, até 2 para a regularidade, até 1 para a dispersão e até 2 para a economicidade, sendo apresentada em escala de 0 a 10.

**Os indicadores, embora mensurem objetivamente a qualidade da informação de custos, não aferem em que medida ela auxilia os processos de tomada de decisões nos órgãos e entidades públicos. Além disso, não tratam da situação em que o órgão tenha desenvolvido seu modelo de custos utilizando ferramentas próprias, ao invés daquelas disponíveis no SIAFI.**

Portanto, é importante que os órgãos e entidades públicos busquem atingir os objetivos do sistema de custos, conforme preconiza a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, por exemplo: mensurar e evidenciar os custos dos bens e serviços entregues à sociedade; apoiar a avaliação de desempenho, estimulando sua melhoria; subsidiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço, introduzir novos produtos e serviços, descontinuar antigos, estabelecer tarifas etc.



Tabela 1 - Ranking de Desempenho das Setoriais de Custos

Órgãos selecionados do Poder Executivo Federal: Ministérios, AGU e Comandos Militares

Posição	Entidade	Sigla	Personalização	Regularidade	Dispersão	Economicidade	Nota
1º	COMANDO DA AERONÁUTICA	COMAER	4,972	2,000	0,837	2,000	9,809
2º	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES	MCTI	4,999	2,000	0,877	1,211	9,087
3º	MINISTÉRIO DA ECONOMIA	ME	4,320	2,000	0,827	1,716	8,862
4º	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	CGU	4,441	2,000	0,844	1,438	8,724
5º	COMANDO DO EXÉRCITO	C EX	4,741	1,813	0,559	1,239	8,352
6º	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	MJSP	4,894	2,000	0,831	0,100	7,826
7º	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	MAPA	3,416	2,000	0,72	1,187	7,324
8º	COMANDO DA MARINHA	MB	3,220	1,792	0,922	1,243	7,177
9º	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MEC	2,885	2,000	0,737	1,209	6,831
10º	MINISTÉRIO DO TURISMO	MTUR	2,583	1,979	0,687	1,518	6,766
11º	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	AGU	2,723	2,000	0,914	1,089	6,726
12º	MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS	MMFDH	2,578	1,958	0,812	1,372	6,72
13º	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	MTP	4,523	1,333	-0,715	1,209	6,351
14º	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	MMA	2,381	1,854	0,712	0,701	5,648
15º	MINISTÉRIO DA DEFESA	MD	2,311	2,000	0,795	0,429	5,535
16º	MINISTÉRIO DA CIDADANIA	MC	2,343	1,958	0,639	0,363	5,303
17º	MINISTÉRIO DA SAÚDE	MS	1,782	1,979	0,273	1,240	5,275
18º	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	MME	1,242	1,917	0,728	1,220	5,106
19º	MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	MINFRA	1,371	1,833	0,378	1,239	4,821
20º	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	MRE	0,447	1,979	0,873	1,178	4,477
21º	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MDR	1,987	1,750	0,453	0,274	4,464
22º	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	MCOM	1,361	1,200	0,309	0,971	3,841

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC

Tabela 2 – Ranking de Desempenho das Universidades Federais

Relação Completa

Posição	Entidade	Sigla	Personalização	Regularidade	Dispersão	Economicidade	Nota
1º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	2,498	1,979	0,781	2,000	7,257
2º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	2,985	2,000	0,838	1,334	7,157
3º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	2,726	1,979	0,831	1,598	7,133
4º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2,878	2,000	0,867	1,338	7,084
5º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	2,850	2,000	0,789	1,285	6,925
6º	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	2,772	2,000	0,870	1,262	6,905
7º	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	2,651	2,000	0,902	1,334	6,886
8º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	2,950	1,792	0,789	1,355	6,885
9º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	2,260	1,976	0,668	1,965	6,868
10º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	2,837	1,771	0,779	1,370	6,757
11º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	2,445	2,000	0,775	1,525	6,745
12º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	2,892	1,881	0,803	1,112	6,688
13º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	2,011	2,000	0,803	1,710	6,524
14º	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	2,366	2,000	0,818	1,338	6,523
15º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	FUNREI	2,717	1,762	0,690	1,344	6,513
16º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	2,401	1,905	0,851	1,347	6,503
17º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	2,607	1,762	0,768	1,345	6,482
18º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	2,522	1,861	0,730	1,341	6,453
19º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	FUFOP	2,097	2,000	0,798	1,344	6,239
20º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1,435	1,952	0,778	1,945	6,111
21º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	2,028	2,000	0,755	1,312	6,095
22º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	1,886	1,929	0,774	1,484	6,072
23º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	2,061	2,000	0,595	1,343	5,999
24º	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1,630	2,000	0,770	1,499	5,900
25º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	2,605	2,000	0,023	1,200	5,828
26º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	2,169	1,833	0,446	1,355	5,804
27º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1,452	1,976	0,872	1,344	5,644
28º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	UNIFESSPA	1,727	1,889	0,644	1,381	5,641
29º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	2,097	1,976	0,442	1,061	5,576
30º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL-MG	2,137	1,976	0,194	1,264	5,571
31º	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	1,687	1,929	0,735	1,177	5,528
32º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	2,705	2,000	-0,563	1,345	5,487
33º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	1,857	1,875	0,518	1,211	5,461
34º	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	1,604	1,857	0,616	1,341	5,418

Continuação – Tabela 2



Posição	Entidade	Sigla	Personalização	Regularidade	Dispersão	Economicidade	Nota
35º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	1,181	1,917	0,933	1,344	5,375
36º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	1,361	2,000	0,833	1,123	5,317
37º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	1,574	1,857	0,634	1,192	5,257
38º	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	2,136	1,548	0,162	1,344	5,19
39º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	1,320	1,938	0,718	1,213	5,188
40º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	2,489	2,000	-0,674	1,344	5,159
41º	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1,095	1,958	0,830	1,145	5,028
42º	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILE	UNILAB	1,176	2,000	0,461	1,343	4,981
43º	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1,053	1,750	0,501	1,344	4,648
44º	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA-RN	1,790	1,938	-0,718	1,151	4,16
45º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	0,349	2,000	0,502	1,295	4,146
46º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	0,000	1,976	0,820	1,341	4,137
47º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	0,000	2,000	0,789	1,344	4,134
48º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	UFAM	0,000	1,905	0,854	1,345	4,103
49º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	0,000	1,905	0,829	1,344	4,077
50º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ	UFJ	0,000	1,929	0,741	1,401	4,071
51º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	-0,121	1,979	0,846	1,345	4,049
52º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	1,608	1,792	-0,433	1,075	4,042
53º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	0,000	1,786	0,757	1,335	3,877
54º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	-0,403	2,000	0,839	1,370	3,806
55º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	UFCSPA	0,000	1,905	0,644	1,216	3,765
56º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	-0,219	1,905	0,775	1,296	3,757
57º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	-0,077	1,833	0,636	1,281	3,673
58º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO	UFCAT	-0,182	2,000	0,843	1,006	3,667
59º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	2,909	1,958	-2,225	1,007	3,65
60º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	0,247	1,714	0,211	1,335	3,507
61º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	-0,144	1,639	0,617	1,290	3,402
62º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	UFSB	-0,439	1,810	0,528	1,391	3,289
63º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS	UFNT	0,000	1,000	0,749	1,344	3,093
64º	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	1,708	1,688	-1,053	0,585	2,927
65º	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	0,220	1,875	-0,280	1,049	2,864
66º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	-1,402	2,000	0,827	1,307	2,731
67º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA	UFDPAR	-1,122	1,500	0,678	1,318	2,373
68º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	UFAPE	0,000	1,167	0,874	0,100	2,141
69º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS	UFR	-0,106	1,905	-0,920	1,147	2,025

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC

Tabela 3 – Ranking de Desempenho das Agências Governamentais

Relação Completa

Posição	Entidade	Sigla	Personalização	Regularidade	Dispersão	Economicidade	Nota
1º	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	ANAC	4,507	1,979	0,957	2,000	9,443
2º	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	ANATEL	2,744	2,000	0,928	1,294	6,966
3º	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	ANS	2,720	2,000	0,945	1,241	6,905
4º	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ANVISA	2,710	2,000	0,778	1,293	6,782
5º	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVE	ANP	2,451	1,714	0,652	1,237	6,055
6º	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO	ANA	2,883	2,000	-0,164	1,328	6,047
7º	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	ANTT	1,563	2,000	0,865	1,238	5,666
8º	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA	ANCINE	1,646	1,944	0,625	1,256	5,472
9º	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	ANTAQ	2,363	2,000	0,885	0,100	5,347
10º	AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO	ANM	1,808	2,000	-0,221	1,245	4,832
11º	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	ANEEL	0,169	1,881	0,837	1,143	4,030

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC

Tabela 4 – Ranking de Desempenho das Empresas Estatais Dependentes

Empresas Estatais Dependentes da União (LRF, art. 2º, inc.III)

Posição	Entidade	Sigla	Personalização	Regularidade	Dispersão	Economicidade	Nota
1º	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A.	EBC	3,987	1,750	0,725	1,602	8,065
2º	INDUSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL	IMBEL	3,000	2,000	0,623	1,603	7,225
3º	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	CPRM	3,013	1,854	0,725	1,575	7,168
4º	CIA DE DESENV DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA	CODEVASF	2,710	2,000	0,486	1,803	7,000
5º	EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA	EPE	2,784	1,500	0,329	1,552	6,166
6º	VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.	VALEC	3,559	1,500	0,621	0,100	5,780
7º	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	EBSERH	2,186	1,958	-0,131	1,629	5,643
8º	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CBTU	1,004	1,833	0,652	1,952	5,442
9º	CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S. A	CEITEC/S.A.	2,000	1,476	0,101	1,626	5,204
10º	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	EMBRAPA	0,682	2,000	0,770	1,593	5,045
11º	AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	AMAZUL	2,000	1,528	-0,744	1,930	4,714
12º	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	CONAB	0,210	1,958	0,674	1,551	4,393
13º	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A	HNSC	0,032	2,000	0,763	1,592	4,387
14º	INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	INB	0,000	1,886	0,430	1,798	4,114
15º	NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	NUCLEP	2,006	1,952	-1,144	1,146	3,960
16º	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.	TELEBRAS	0,000	1,571	0,730	1,616	3,917
17º	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A	TRENSURB	0,000	1,976	-0,145	1,601	3,433
18º	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.	EPL	0,000	1,722	0,162	1,274	3,158
19º	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	HCPA	0,000	1,929	-3,822	2,000	0,107

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC



## 5. Evolução do Desempenho

Nesta edição, a análise da evolução do desempenho do conjunto das notas dos *rankings* foi elaborada com dois cenários<sup>3</sup>: o primeiro traz a evolução entre 2019 e 2022, entendida como apresentando o efeito acumulado até 2022 desde a implementação dos *rankings* em 2019; e o segundo, a evolução entre 2021 e 2022, apresentando o efeito incremental no período.

A metodologia de apuração das notas permanece a mesma adotada no RFC de 2021. E, aplicada nos dados de todos os exercícios, originou notas padronizadas que permitem analisar a evolução da qualidade da informação de custos.

Para tanto, as notas foram agrupadas nas categorias *Boa* (maior que 7), *Razoável* (maior que 5 e menor ou igual a 7) ou *Ruim* (menor ou igual a 5).

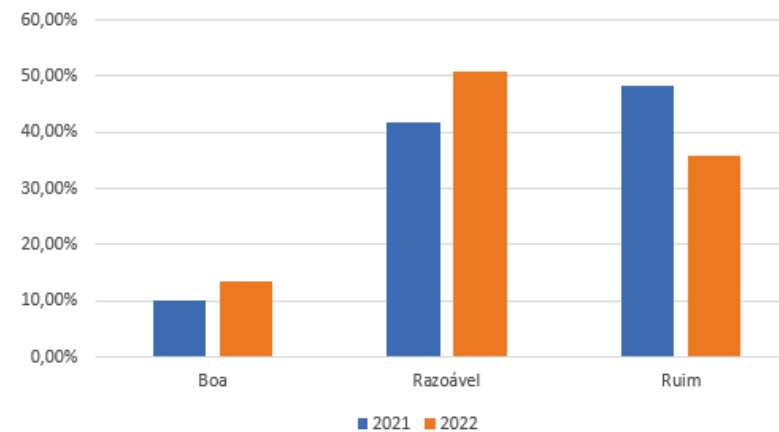
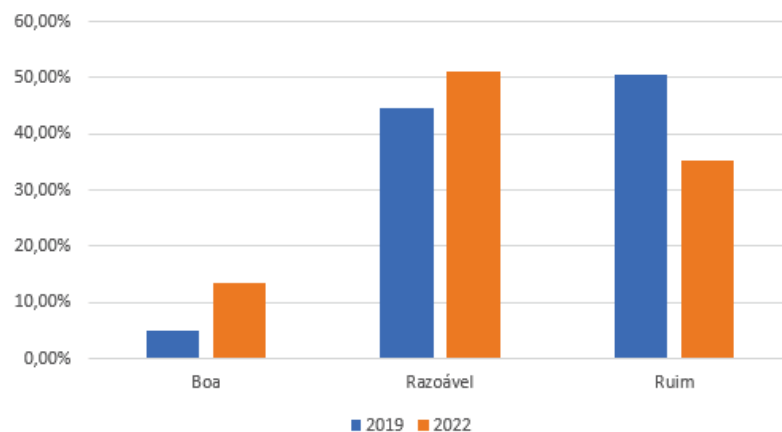
As Tabelas 5 e 6 e o Gráfico 6 apresentam os resultados:

*Tabela 5 – Categorização das Notas*

	2019	2021	2022
<i>Boa</i>	6	12	16
<i>Razoável</i>	53	50	61
<i>Ruim</i>	60	58	43
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>120</b>	<b>120</b>

<sup>3</sup> Ver o Apêndice para detalhes. O Ministério das Comunicações – MCOM está presente no cenário 2021 – 2022; contudo, foi excluído do cenário 2019 – 2022 por inexistência de dados de 2019.

**Gráfico 8 - Participação Relativa das Categorias**



**Tabela 6 - Mudanças nas Categorias**

	Para Boa	Para Razoável	Para Ruim	2019
De Boa	6	0	0	6
De Razoável	10	39	4	53
De Ruim	0	22	38	60
<b>2022</b>	<b>16</b>	<b>61</b>	<b>42</b>	<b>119</b>

	Para Boa	Para Razoável	Para Ruim	2021
De Boa	9	3	0	12
De Razoável	6	40	4	50
De Ruim	1	18	39	58
<b>2022</b>	<b>16</b>	<b>61</b>	<b>43</b>	<b>120</b>

Em 2022, 51% dos órgãos ou entidades obtiveram notas razoáveis e 35% notas ruins, sendo que as notas razoáveis apresentaram aumentos de 13,1% em relação a 2019 e de 18,0% em relação a 2021; e as notas ruins apresentaram reduções de 42,9% em relação a 2019 e de 34,9% em relação a 2021. Por sua vez, as notas boas corresponderam a 14% do total, com aumentos de 62,5% em relação a 2019 e de 25,0% em relação a 2021.

Por sua vez, os padrões de mudanças (mostrados na Tabela 6) observados nos dois cenários são distintos. No cenário 2019-2022 ele é positivo: nenhum órgão ou entidade que obteve nota boa em 2019 perdeu-a em 2022; 10 órgãos ou entidades, que tinham nota razoável, melhoraram para nota boa; 22 evoluíram de nota ruim para razoável; e apenas 4 regrediram de nota razoável para ruim. No cenário 2021-2022 ele é menos positivo: 6 órgãos ou entidades, que tinham nota razoável melhoraram para nota boa; 18 evoluíram de nota ruim para razoável; e apenas 4 regrediram de nota razoável para ruim; contudo, 3 órgãos ou entidades, que tinham nota boa, regrediram para nota razoável.

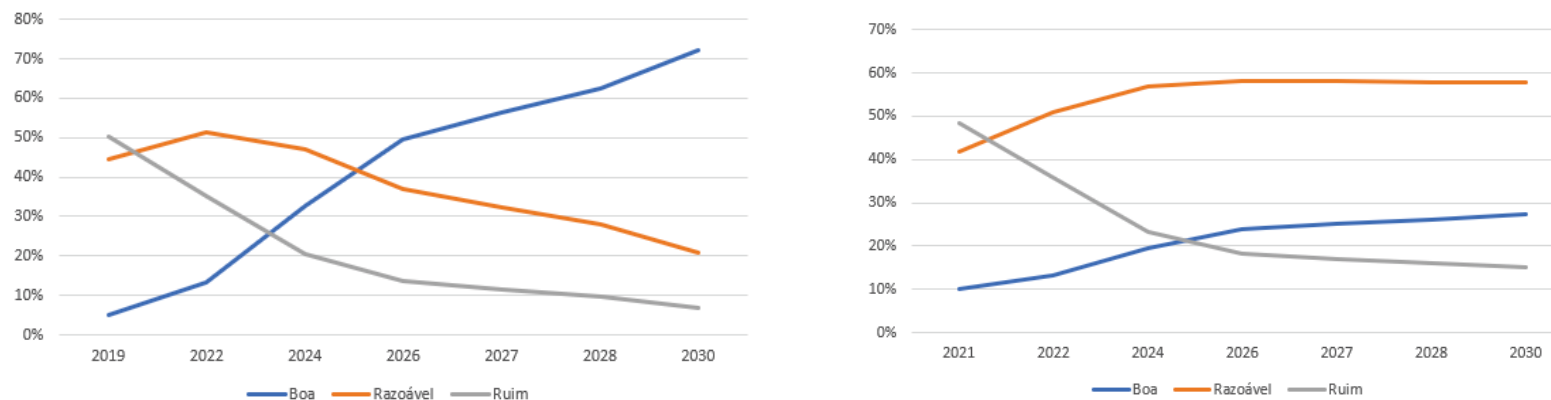
Supondo que esses padrões de mudanças sejam mantidos ao longo do tempo, obtém-se<sup>4</sup> no cenário 2019-2022 uma melhoria contínua em direção às notas boas (100%) e no cenário 2021-2022 uma melhoria contínua em direção às notas razoáveis (57%) e boas (29%). O Gráfico 9 mostra as evoluções:

---

<sup>4</sup> Modelando-se o processo por meio de uma Cadeia de Markov. Ver o Apêndice para detalhes.  
Ministério da Fazenda | Secretaria do Tesouro Nacional  
RFC 2022

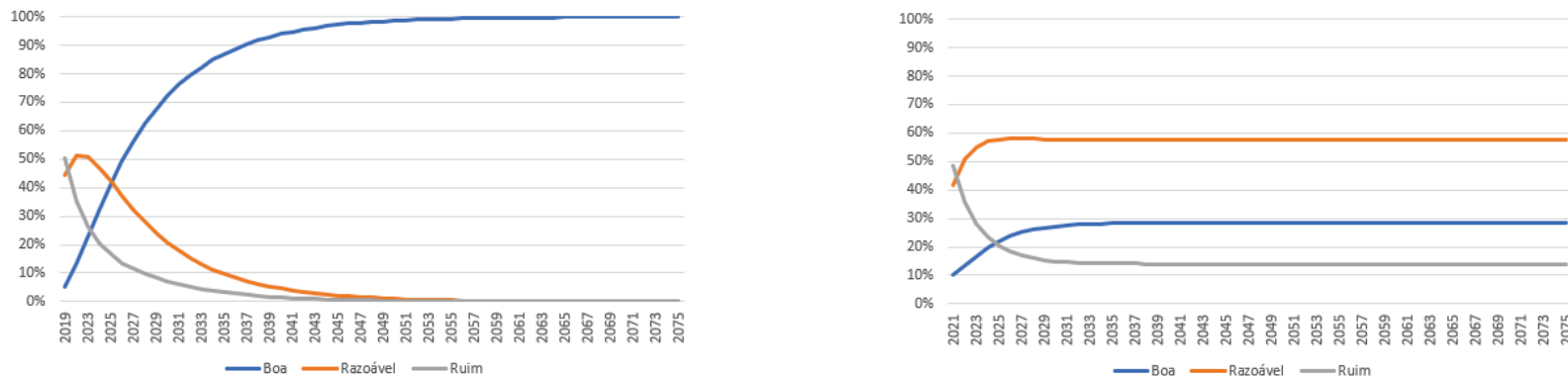


Gráfico 9 – Tendências de Evolução Temporal I (Primeiro 2019 – 2022; Segundo 2021 – 2022)



Assim, o padrão de mudanças do cenário 2019-2022 indica<sup>5</sup> a convergência das notas para a categoria Boa e o padrão de mudanças do cenário 2021-2022 indica a convergência das notas para as categorias Regular e Boa - Gráfico 10:

Gráfico 10 – Tendência de Evolução Temporal II (Primeiro 2019 – 2022; Segundo 2021 – 2022)



<sup>5</sup> Por tratar de uma cadeia de Markov absorvente. Ver o Apêndice para detalhes.  
 Ministério da Fazenda | Secretaria do Tesouro Nacional  
 RFC 2022

## 6. Apêndice

### **Rankings de desempenho**

Os *rankings* de desempenho foram elaborados a partir de indicadores de implementação da contabilidade de custos por competência (regularidade e dispersão); de utilização das ferramentas de detalhamento de custos disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI Web (personalização); e de economia no consumo de insumos (economicidade). Os indicadores foram apurados para as setoriais de custos dos Ministérios<sup>6</sup>, AGU e Comandos Militares; universidades federais; agências governamentais; e, empresas estatais dependentes.

Alguns insumos relacionados à operação e manutenção dos órgãos e entidades são rotineiramente consumidos ao longo do tempo, tais como, água e esgoto, energia elétrica, telefonia, copa e cozinha, limpeza, vigilância, apoio administrativo e mão de obra, também considerando a apropriação mensal de décimo terceiro salário e de férias, que devem ser reconhecidos conforme o regime de competência da contabilidade. Dessa forma, o procedimento contábil adequado é fazer todos os meses o registro da despesa, independentemente de haver ou não orçamento. Para avaliar isso, a regularidade foi calculada verificando a existência ou não de registro mensal para esses insumos de operação e manutenção em 2022.

---

<sup>6</sup> Em julho de 2021, houve a criação do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP, a partir da extinção da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho que pertencia ao Ministério da Economia – ME. Contudo, o ME prestou apoio administrativo às unidades do MTP na forma prevista na Estrutura Regimental provisória, ao longo de 2021. Além disso, o Ministério das Comunicações – MCOM está presente no cenário 2021 – 2022; contudo, foi excluído do cenário 2019 – 2022 por inexistência de dados em 2019.

Além disso, espera-se que o consumo desses insumos também seja linear, ou seja, não apresente aumentos ou quedas significativos ao longo dos meses. E para avaliar isso, foi calculada a dispersão dos valores mensais desses insumos por meio da média ponderada de seus coeficientes de variação “modificados” (CVm). O coeficiente de variação “clássico” é igual ao desvio padrão dos dados dividido pela sua média, expresso em percentual, e quanto menor o seu valor, mais homogêneos são os dados, ou seja, menor é a dispersão em torno da média. Contudo, uma vez que foi calculada a regressão linear dos dados para o indicador de economicidade, a seguir comentado, o cálculo do coeficiente foi modificado substituindo, no numerador, o desvio padrão pelo erro padrão, considerado como sendo a diferença entre os dados e os valores linearmente estimados. Assim, ao invés de captar a dispersão dos dados em torno de sua média, apura-se em torno de sua tendência linear. E para dar a maior pontuação aos que têm a menor dispersão, o indicador equivale a  $(1 - \text{média dos CVm})$  ou zero, quando não há dados).

Embora fundamental, a implementação da contabilidade por competência é apenas o ponto de partida para a mensuração de custos. Para que o órgão ou entidade administre a contento os recursos colocados à sua disposição e preste contas disso à sociedade, faz-se necessário o desenvolvimento de modelos personalizados de custos. Para fazer uma primeira medida disso, foi calculada a personalização, por meio da verificação do uso das ferramentas de detalhamento dos centros de custos que permitem ao órgão ou entidade estruturar de forma sistêmica a mensuração de seus custos, identificando o consumo por unidades administrativas, por processos e atividades, entre outros. Além disso, foi verificado o correto lançamento do ano de referência em determinados registros de despesas de exercícios anteriores – DEA.

E o indicador de economicidade foi criado para aferir os esforços de redução de custos, sendo apurado da seguinte forma: inicialmente, para o conjunto de doze meses do somatório dos insumos água e esgoto, energia elétrica, telefonia, copa e cozinha, limpeza, vigilância e apoio administrativo, calcula-se a equação

linear que melhor se ajusta aos dados; o coeficiente angular dessa equação de primeiro grau mostra como se comportaram os valores ao longo dos doze meses (se positivo, indicação de crescimento, se negativo, de diminuição); então calcula-se a dimensão relativa desse coeficiente, dividindo-o pelo valor médio do somatório dos insumos e multiplicando esse resultado pelo coeficiente de determinação - R<sup>2</sup> do referido ajuste linear; a seguir, esses percentuais são normalizados por meio de transformação linear, em que o máximo é igual a dois e o mínimo é igual a 0,1, sendo assim obtido o indicador de economicidade para cada órgão ou entidade.

A Nota resulta da soma da pontuação obtida em cada indicador: até 5 para a personalização, até 2 para a regularidade, até 1 para a dispersão e até 2 para a economicidade, sendo apresentada em escala de 0 a 10.

### **Evolução do desempenho**

A evolução futura do desempenho foi simulada modelando seu processo ao longo do tempo por meio de Cadeias de Markov. Tais cadeias “possuem a propriedade especial de que as probabilidades que envolvem como o processo evolui no futuro dependem apenas do estado atual do processo e, portanto, são independentes de eventos no passado.”<sup>7</sup>

O estado atual do sistema refere-se ao conjunto das categorias possíveis e mutuamente exclusivas (denominadas **estados**) que podem representar o fenômeno e que podem ser observados em pontos determinados do tempo.

---

<sup>7</sup> O texto dessa subseção baseia-se em: Frederick S. Hillier, Gerald J. Lieberman. Introdução à pesquisa operacional, pp. 713ss - São Paulo: McGraw-Hill, 2006; e Howard Anton, Chris Rorres. Álgebra linear com aplicações, pp. 553ss – Porto Alegre: Bookman, 2012.

As probabilidades que descrevem como o processo evolui no futuro, em uma Cadeia de Markov, são ditas **probabilidades de transição estacionárias**, ou seja, que não mudam ao longo do tempo. Uma vez que são condicionais, elas devem ser não negativas. E como o processo deve realizar uma transição para algum estado, sua soma para cada estado deve ser igual a unidade. Uma maneira conveniente de mostrá-las é por meio da **matriz de transição**.

Dessa forma, o primeiro passo foi ordenar e classificar o conjunto de notas para os anos de interesse (pontos determinados do tempo: 2019 e 2022, no primeiro cenário e, no segundo, 2021 e 2022).

A Tabela 7 apresenta o conjunto classificado e ordenado das notas:

*Tabela 7 – Notas dos Órgãos e Entidades*

Entidade	Sigla	Nota 2022	Classificação 2022	Nota 2021	Classificação 2021	Nota 2019	Classificação 2019
COMANDO DA AERONÁUTICA	COMAER	9,809	1	8,877	3	9,289	1
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	ANAC	9,443	2	3,973	85	5,673	33
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES	MCTI	9,087	3	9,218	1	6,726	9
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	ME	8,862	4	8,706	4	8,715	2
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	CGU	8,724	5	8,459	6	8,495	3
COMANDO DO EXÉRCITO	C EX	8,352	6	8,639	5	7,547	6
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A.	EBC	8,065	7	8,318	7	7,848	5
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	MJSP	7,826	8	8,990	2	7,934	4
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	MAPA	7,324	9	7,317	9	5,701	31
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	7,257	10	6,373	26	6,428	16
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL	IMBEL	7,225	11	5,542	46	6,758	8
COMANDO DA MARINHA	MB	7,177	12	7,080	12	6,478	13
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	CPRM	7,168	13	6,420	24	6,408	18
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	7,157	14	6,575	18	5,405	43
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	7,133	15	5,750	39	6,043	21

Entidade	Sigla	Nota 2022	Classificação 2022	Nota 2021	Classificação 2021	Nota 2019	Classificação 2019
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	7,084	16	6,631	15	5,525	38
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA	CODEVASF	7,000	17	6,261	29	4,822	63
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	ANATEL	6,966	18	6,589	16	5,702	30
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	6,925	19	6,701	14	5,981	22
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	6,905	20	6,230	30	6,708	11
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	ANS	6,905	21	6,710	13	5,292	47
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	6,886	22	6,490	19	5,410	41
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	6,885	23	6,453	22	5,123	57
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	6,868	24	5,590	44	5,575	35
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MEC	6,831	25	7,176	11	6,709	10
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ANVISA	6,782	26	6,416	25	6,675	12
MINISTÉRIO DO TURISMO	MTUR	6,766	27	6,215	31	5,353	45
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	6,757	28	5,341	53	3,965	82
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	6,745	29	6,295	28	5,792	26
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	AGU	6,726	30	6,433	23	6,866	7
MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS	MMFDH	6,720	31	6,457	21	6,396	19
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	6,688	32	6,588	17	5,204	53
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	6,524	33	5,024	61	5,287	48
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	6,523	34	5,555	45	5,354	44
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	FUNREI	6,513	35	6,073	35	5,825	25
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	6,503	36	5,642	43	5,196	54
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	6,482	37	5,933	36	5,770	27
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	6,453	38	5,340	54	4,820	64
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	MTP	6,351	39				
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	FUFOP	6,239	40	4,282	81	5,862	24
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA	EPE	6,166	41	5,097	58	4,096	80
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	6,111	42	4,678	71	4,712	66
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	6,095	43	4,893	65	5,428	40

Entidade	Sigla	Nota 2022	Classificação 2022	Nota 2021	Classificação 2021	Nota 2019	Classificação 2019
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	6,072	44	6,368	27	5,260	49
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	ANP	6,055	45	5,509	48	5,541	37
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO	ANA	6,047	46	5,918	37	4,625	68
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	5,999	47	5,427	51	5,334	46
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	5,900	48	4,910	64	3,445	93
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	5,828	49	6,198	33	5,553	36
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	5,804	50	4,985	63	5,485	39
VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.	VALEC	5,780	51	7,352	8	6,415	17
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	ANTT	5,666	52	6,157	34	3,958	83
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	MMA	5,648	53	7,180	10	6,431	15
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	5,644	54	4,348	78	4,342	73
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	EBSERH	5,643	55	5,095	59	3,460	92
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	UNIFESSPA	5,641	56	5,014	62	5,181	55
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	5,576	57	4,759	70	5,745	28
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL-MG	5,571	58	5,087	60	4,556	69
MINISTÉRIO DA DEFESA	MD	5,535	59	5,525	47	5,658	34
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	5,528	60	4,813	68	3,010	102
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	5,487	61	6,469	20	4,225	77
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA	ANCINE	5,472	62	3,386	101	4,508	71
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	5,461	63	4,321	79	4,852	61
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CBTU	5,442	64	5,121	57	5,055	58
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	5,418	65	5,384	52	4,871	60
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	5,375	66	4,846	66	4,840	62
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	ANTAQ	5,347	67	5,811	38	5,406	42
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	5,317	68	4,419	77	4,797	65
MINISTÉRIO DA CIDADANIA	MC	5,303	69	4,321	80	4,233	76
MINISTÉRIO DA SAÚDE	MS	5,275	70	5,494	49	5,690	32
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	5,257	71	3,897	88	2,320	108



Entidade	Sigla	Nota 2022	Classificação 2022	Nota 2021	Classificação 2021	Nota 2019	Classificação 2019
CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S. A	CEITEC/S.A.	5,204	72	6,211	32	5,898	23
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	5,190	73	5,204	56	5,211	52
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	5,188	74	4,784	69	4,095	81
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	5,159	75	1,699	116	5,240	51
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	MME	5,106	76	5,440	50	5,252	50
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	EMBRAPA	5,045	77	4,555	74	6,450	14
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	5,028	78	4,548	75	3,923	84
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	4,981	79	3,984	84	4,128	79
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO	ANM	4,832	80	5,727	40	5,053	59
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	MINFRA	4,821	81	5,293	55	5,144	56
AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	AMAZUL	4,714	82	3,222	106	0,882	113
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	4,648	83	4,161	83	2,873	104
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	MRE	4,477	84	4,468	76	3,862	86
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MDR	4,464	85	5,658	42	6,044	20
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	CONAB	4,393	86	4,611	73	4,494	72
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A	HNSC	4,387	87	4,638	72	4,324	74
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA-RN	4,160	88	4,818	67	3,892	85
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	4,146	89	3,489	99	3,702	89
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	4,137	90	3,911	87	3,305	95
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	4,134	91	3,794	91	1,747	111
INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	INB	4,114	92	3,935	86	4,164	78
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	UFAM	4,103	93	3,720	97	3,212	97
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	4,077	94	3,089	109	2,082	110
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ	UFJ	4,071	95	3,896	89	0,000	116
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	4,049	96	3,790	92	2,282	109
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	4,042	97	3,300	103	4,523	70
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	ANEEL	4,030	98	3,743	93	3,081	101
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	NUCLEP	3,960	99	3,453	100	5,714	29



Entidade	Sigla	Nota 2022	Classificação 2022	Nota 2021	Classificação 2021	Nota 2019	Classificação 2019
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.	TELEBRAS	3,917	100	3,721	96	2,724	107
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	3,877	101	3,733	94	3,296	96
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	MCOM	3,841	102	5,681	41		
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	3,806	103	2,445	113	3,311	94
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	UFCSA	3,765	104	3,618	98	2,742	105
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	3,757	105	3,205	107	3,110	100
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	3,673	106	3,322	102	3,139	99
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO	UFCAT	3,667	107	3,255	105	0,000	117
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	3,650	108	2,349	115	4,655	67
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	3,507	109	3,726	95	2,735	106
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A	TRENSURB	3,433	110	3,880	90	3,811	88
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	3,402	111	3,203	108	3,575	91
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	UFSB	3,289	112	3,259	104	3,006	103
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.	EPL	3,158	113	1,685	118	3,186	98
UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS	UFNT	3,093	114	2,688	111	0,000	115
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	2,927	115	1,694	117	4,252	75
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	2,864	116	2,390	114	3,839	87
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	2,731	117	2,608	112	3,649	90
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA	UFDPAR	2,373	118	4,169	82	0,000	118
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	UFAPE	2,141	119	2,807	110	0,000	119
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS	UFR	2,025	120	0,357	120	1,723	112
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	HCPA	0,107	121	0,673	119	0,342	114

O segundo passo foi criar as categorias de estado para as notas das setoriais e, tal como apresentado na Tabela 5 e no Gráfico 6, as notas foram agrupadas nas categorias *Boa* (maior que 7), *Razoável* (maior que 5 e menor ou igual a 7) ou *Ruim* (menor ou igual a 5).

O terceiro passo consistiu em, a partir do levantamento das mudanças (tal como indicado na Tabela 6), obter as probabilidades de transição entre as categorias. Tal probabilidade é calculada dividindo-se o número de mudanças no ano final em dada categoria pelo número total de setoriais na mesma categoria no ano inicial. Por exemplo, se 10 das 53 setoriais que tinham nota razoável em 2019 obtiveram nota boa em 2022, então, a probabilidade de transição do estado nota razoável para o estado nota boa é igual a 10/53, ou 18,87%. E se as 6 que tinham nota boa em 2019 obtiveram a mesma nota em 2022, então, a probabilidade de transição do estado nota boa para o estado nota boa (ou seja, de permanecer no mesmo estado) é igual a 6/6, ou 100%.

Uma vez que as notas de cada ano são calculadas considerando dados exclusivamente daquele ano (pontos determinados no tempo: 2019, 2021 e 2022), entende-se que as probabilidades a elas associadas são independentes de eventos no passado.

A Tabela 8 apresenta as matrizes de transição das categorias de notas das setoriais nos dois cenários:

*Tabela 8 - Matriz de Transição das Notas - (Primeiro 2019 – 2022; Segundo 2021 – 2022)*

	Para Boa	Para Razoável	Para Ruim		Para Boa	Para Razoável	Para Ruim
<i>De Boa</i>	100,00%	0,00%	0,00%	<i>De Boa</i>	75,00%	25,00%	0,00%
<i>De Razoável</i>	18,87%	73,58%	7,55%	<i>De Razoável</i>	12,00%	80,00%	8,00%
<i>De Ruim</i>	0,00%	36,67%	63,33%	<i>De Ruim</i>	1,72%	31,03%	67,24%

Por sua vez, para estimar a tendência futura de evolução de um fenômeno, as equações de Chapman-Kolmogorov fornecem um método para calcular essas probabilidades de transição ao longo do tempo (em  $n$  etapas) pois “*permitem que as probabilidades de transição em  $n$  etapas sejam obtidas das probabilidades de transição em uma etapa recursivamente*”. As equações asseguram que a matriz de probabilidades de transição em  $n$  etapas ( $P^n$ ) pode ser obtida calculando-se a  $n$ -ésima potência da matriz de transição em uma etapa  $P$  anterior ou inicial.

Esse cálculo, tendo sido realizado para as notas das setoriais, seus estados, categorias e matriz de transição, gerou as projeções mostradas no Gráfico 10. No caso, o cálculo pressupõe que as probabilidades de evolução futura do processo dependem apenas de seu estado atual. Como resultado, a matriz  $P_n$  (com  $n$  tendendo ao infinito) é<sup>8</sup>:

*Tabela 9 - Matriz de Transição  $P_n$  das Notas*

	Para Boa	Para Razoável	Para Ruim		Para Boa	Para Razoável	Para Ruim
<i>De Boa</i>	100,00%	0,00%	0,00%	<i>De Boa</i>	28,54%	57,44%	14,03%
<i>De Razoável</i>	100,00%	0,00%	0,00%	<i>De Razoável</i>	28,54%	57,44%	14,03%
<i>De Ruim</i>	100,00%	0,00%	0,00%	<i>De Ruim</i>	28,54%	57,44%	14,03%

São esses resultados que demonstram a afirmação de que no cenário 2019-2022 há uma melhoria contínua em direção às notas boas (100%) e no cenário 2021-2022, uma melhoria contínua em direção às notas razoáveis (57%) e boas (29%).

<sup>8</sup> A matriz do cenário 2019 – 2022 é do tipo absorvente, já que o estado *Boa* é um estado absorvente, pois após “adentrar esse estado, o processo jamais deixará esse estado novamente” e por isso tem probabilidade igual a um. E a matriz do cenário 2021 – 2022 é do tipo regular (quando uma potência positiva da matriz tem todas as entradas positivas) convergindo para o vetor de estado estacionário (vetor de probabilidade fixo).

*Quadro 1 – Classificações da Subnatureza de Custo de Funcionamento*

Subnatureza de Custo	Grupos	Itens de Custo	Subitens de Custo
Funcionamento	Diárias, Transportes e Passagens	Diárias, Transportes e Passagens	Diárias e Hospedagens
			Transportes, Locomoção e Passagens
	Utilização e Manutenção de Bens	Locação e Manutenção de Bens	Locação de Imóveis
			Locação de Máquinas e Equipamentos
			Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
			Manutenção e Conservação de Bens Móveis
	Material de Consumo	Material de Consumo	Depreciação, Amortização e Exaustão
			Combustíveis e Lubrificantes
			Consumo de Outros Materiais
			Material de Proteção e Segurança
			Gêneros de Alimentação
			Material de Saúde
			Material de Expediente
			Material de Manutenção e Conservação
			Material Elétrico e Eletrônico
			Material de Produção Industrial e Gráfica
	Serviços de Terceiros, Energia e Água	Serviços Técnicos	Serviços de Saúde
			Serviços Técnicos Profissionais
			Tecnologia da Informação
		Serviços de Apoio	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
Contratação Temporária			
Limpeza			
Locação de Mão de Obra			
Outros Serviços		Vigilância	
		Comunicação em Geral	
		Serviços Bancários	
Energia Elétrica e Água		Outros Serviços de Terceiros	
		Energia Elétrica	
		Água e Esgoto	

Fonte: elaboração própria

**Tabela 10 – Custos, Perdas e Repartições do Governo Federal (R\$ milhões)**

<b>Natureza</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>I - Custos = 1+2+3+4+5+6</b>	<b>2.800.960,2</b>	<b>2.456.340,9</b>
<b>1 - Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>1.271.735,2</b>	<b>1.206.260,9</b>
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.169.389,9	1.034.277,3
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	102.310,4	171.983,6
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira	34,9	-
<b>2 - Financeiros</b>	<b>857.446,8</b>	<b>675.777,9</b>
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira	857.446,8	675.777,9
<b>3 - Operação e Manutenção</b>	<b>281.324,7</b>	<b>275.987,4</b>
Pessoal e Encargos	183.759,8	179.614,6
Uso de Bens, Serviços e Cons. de Capital Fixo	97.558,6	96.365,3
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira	6,3	7,5
<b>4 - Sentenças Judiciais</b>	<b>132.213,7</b>	<b>72.122,9</b>
Uso de Bens, Serviços e Cons. de Capital Fixo	80.328,7	33.544,1
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	34.935,9	28.866,1
Pessoal e Encargos	16.832,8	9.712,7
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira	116,3	-
<b>5 - Transferências e Delegações</b>	<b>199.375,2</b>	<b>172.421,3</b>
Transferências e Delegações Concedidas	199.375,2	172.421,3
<b>6 - Demais Custos</b>	<b>58.864,6</b>	<b>53.770,5</b>
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	53.131,6	48.047,7
Custo Das Merc. e Prod. Vendidos e Serv. Prest	4.410,4	4.557,5
Tributárias	1.278,6	1.151,3
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira	44,0	14,0
<b>II - Perdas e Outras Reduções</b>	<b>1.197.692,1</b>	<b>984.163,8</b>
Desvaloriz e Perd de Ativos e Incorp Passivos	643.039,2	298.284,9
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	541.464,2	667.324,5
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira	13.188,7	18.554,4
<b>III - Repartição de Receitas</b>	<b>480.419,6</b>	<b>336.304,6</b>
Transferências e Delegações Concedidas	480.419,6	336.304,6
<b>IV - Ajustes</b>	<b>280.769,3</b>	<b>457.747,2</b>
Encargos Patronais - RPPS	184,5	146,8
Transferências Intragovernamentais	4,7	1,6
(VPA) Variações Monetárias e Cambiais	280.580,1	457.598,8
<b>Total = I + II + III + IV</b>	<b>4.759.841,2</b>	<b>4.234.556,5</b>

A Tabela 10 faz a conciliação da DVP com os custos agregados do Governo Federal, em 2022 e 2021, apresentando para cada Natureza de Custo os respectivos Grupos e Subgrupos da DVP que os compõem. Também apresenta os Grupos e Subgrupos da DVP que compõem as naturezas Perdas e Outras Reduções e Repartição de Receitas.

Para esse fim, houve melhorias na mensuração e evidenciação dos custos agregados do Governo Federal. A dívida pública, cujo custo também é apurado a partir das VPD, passou a ser apurada líquida das variações patrimoniais aumentativas – VPA relacionadas a variações monetárias e cambiais provenientes de oscilações do Real (R\$) em relação a índices de preços e a cotação de moedas estrangeiras. As categorias de classificação deste Relatório são as mesmas do Boletim Foco em Custo – BFC 2º semestre de 2022, as quais foram revistas para que as VPD<sup>9</sup> nelas contidas reflitam adequadamente os recursos consumidos. Dessa forma, os custos com Sentenças Judiciais (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor) foram agrupados numa natureza específica tanto por pertencerem ao custo de produção de períodos anteriores quanto por terem alcançado valores significativos nos últimos anos. Como exemplo de reclassificação de VPD, pode-se citar os contratos de terceirização por substituição de mão de obra, que anteriormente eram classificados em custos de funcionamento e passaram a ser classificados em custos de mão de obra. Essas melhorias alteraram os valores apresentados no RFC de 2021 e nas bases comparativas.

---

<sup>9</sup> A relação das VPD em suas respectivas categorias da classificação do Boletim Foco em Custos consta no arquivo “Anexo – Classificação em Detalhes.xlsx”, disponível na mesma página eletrônica deste Relatório.

Sendo assim, o componente denominado Ajustes contém os valores excluídos das naturezas adotadas no BFC. Dessa forma, somando tais valores, obtém-se o mesmo total de VPD apresentado no Balanço Geral da União de 2022.

A linha “Encargos Patronais – RPPS” compreende os resíduos decorrentes do descasamento temporal entre a VPA e VPD relacionadas à contribuição patronal da União sobre a folha de pagamento dos servidores públicos. A linha “Transferências Intragovernamentais” compreende os resíduos remanescentes após a aplicação das regras de consolidação entre a VPA e VPD para a elaboração do BGU, excluídos por não serem custos agregados. E a linha “(VPA) Variações Monetárias e Cambiais” refere-se às variações patrimoniais aumentativas – VPA relacionadas a variações monetárias e cambiais provenientes de oscilações do Real (R\$) em relação a índices de preços e à cotação de moedas estrangeiras.

Apesar de o BFC e a DVP usarem a VPD como referência não se deve confundir a identificação das Naturezas de Custo do BFC com a classificação e os valores constantes da DVP, que é regida por outros instrumentos normativos<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas do Setor Público 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.  
Ministério da Fazenda | Secretaria do Tesouro Nacional  
RFC 2022



**Tabela 12 – Estrutura Administrativa em 2022**

Sigla	Descrição
AGU	Advocacia-Geral da União
C Ex	Comando do Exército
CGU	Controladoria-Geral da União
CM	Comando da Marinha
COMAER	Comando da Aeronáutica
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC	Ministério da Cidadania
MCOM	Ministério das Comunicações
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações
MD	Ministério da Defesa
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
ME	Ministério da Economia
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
MEC	Ministério da Educação
MINFRA	Ministério da Infraestrutura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MTur	Ministério do Turismo

**Tabela 11 – Estrutura Administrativa em 2021**

Sigla	Descrição
AGU	Advocacia-Geral da União
C Ex	Comando do Exército
CGU	Controladoria-Geral da União
CM	Comando da Marinha
COMAER	Comando da Aeronáutica
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC	Ministério da Cidadania
MCOM	Ministério das Comunicações
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações
MD	Ministério da Defesa
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação
MINFRA	Ministério da Infraestrutura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MTur	Ministério do Turismo

Fonte: SIORG

SECRETARIA DO **TESOURO NACIONAL**  
MINISTÉRIO DA **FAZENDA**